

Quem é o rei?

20 MAR 1991

JORNAL DO BRASIL

O filósofo Tião Maia, senhor de extensos domínios em dois ou três continentes, é o autor desta simples e pertinente observação: "Se um país (ou um governo) gasta sistematicamente mais do que pode, não há economista que dê jeito. Se não gasta, não precisa de economista."



O hábito de considerar os economistas como os gurus e grandes timoneiros da economia é relativamente recente entre nós. Sob Getúlio e Juscelino, os economistas eram meros assessores. Sob Jânio e Jango, Celso Furtado foi ministro, mas não mandava coisa nenhuma e, certamente, não se atribuirá a ele o desastre dessas duas administrações.

Só em 1964, com o advento dos militares (jejunos em finanças e inexperientes em política), o reinado dos economistas instaurou-se para valer. Primeiro, com a respeitada e respeitável dupla Campos e Bulhões; depois, com o mago Delfim, o mestre Simonsen e outra vez Delfim, até desembocar nos jovens "gênios" do ministro Funnaro e, agora, de dona Zélia Cardoso de Mello.

Essa extensa feira de sumidades, formadas em regra nas melhores universidades norte-americanas, administra a economia brasileira há 27 anos, mais de um quarto de século, portanto, tempo suficiente para comprovar a correção da lei de Tião Maia. Restaria dizer que, por baixo das pretensões supostamente científicas ou acadêmicas, o reinado dos economistas, entre nós, nasceu de fortes motivações psicológicas. Fundou-se, desde o início, nos preconceitos e desconfianças dos militares contra "os ricos", contra as pessoas capazes de possuir e administrar grandes fortunas, contra o lucro privado. Não é preciso dizer que esse vezo antipatista castrense caiu como sopa no mel entre seus adver-

sários da esquerda e não demorou a constituir a grande coalizão estatista-nacionalista-tecnocrática, que nos governa há quase três décadas.

Também não é preciso dizer que o governo desta coalizão antipatista (entre aspas) não só não coibiu o lucro privado e, ainda menos, a apropriação privada dos dinheiros públicos, como permitiu a multiplicação das negociatas, roubalheiras, grandes escândalos financeiros (a partir de Geisel) e, acima de tudo, a crescente concentração de riquezas nas mãos dos grupos privilegiados, em torno do poder.

Em outras palavras, o provincianismo dos militares somado aos preconceitos da esquerda, em vez de acabar com o capitalismo, tudo o que conseguiu foi acabar com o que o capitalismo pode ter de bom: a eficiência, a produtividade, a capacidade de adaptar-se agilmente às circunstâncias, a boa administração financeira.

A partir dos meses finais do governo Castello Branco com a Constituição de 1967 e o chorrilho de decretos-leis então promulgados, montou-se no Brasil um sistema jurídico-administrativo que consagra a interferência incessante do Estado na economia, a regulamentação obsessiva e abusiva, o domínio meticuloso e arbitrário dos burocratas sobre os negócios e a fortuna (ou o infortúnio) dos cidadãos privados.

Essa espécie de feroz e em geral inepta ditadura continua até hoje, pois a verdade é que a Constituição neo-republicana, em vigor, também acabou sendo feita, predominantemente, pelas mesmas forças e pelos mesmos critérios. O que o Congresso procura fazer ainda agora, regulando a emissão de medidas provisórias, é menos coibir a interferência do Estado na economia do que manietar um governo suposta-

mente antiestatista, no qual os deputados não confiam.

A verdade, entretanto, é que o Congresso, ele próprio, continua solidamente dominado por setores sociais e políticos que fizeram (continuam a fazer) sua fortuna por meio da privatização de recursos e dinheiros públicos e, portanto, estão fundamentalmente interessados em preservar não só o imposto da inflação, mas todos os demais instrumentos institucionais que permitem ao Estado brasileiro sugar as economias populares (privadas) e distribuí-las entre seus protegidos.

Os deputados são, sem dúvida, autênticos no seu gulosos fisiológicos clientelistas. A raiz dos males do governo Collor, ao contrário, é uma fraude, um engodo, um estelionato.

Em que consiste essa fraude? O discurso e o programa do presidente são liberais, modernos, austeros, mas o núcleo executivo central, que comanda as ações do seu governo, está entregue a economistas. Pior ainda: economistas ainda inexperientes e fortemente marcados por sua recente for-

mação marxista, antipatista. Antônio Kandir, p.ex., veio diretamente do Cebrap paulista para o governo.

Ter convicções não é certamente nenhum defeito; ao contrário, é indicio de caráter. Mas, quais são afinal as convicções do presidente, as do seu discurso de posse ou as de sua jovem equipe econômica? Dir-se-á que nem o presidente, nem a valente dona Zélia entendem grande coisa de finanças, e que a figura central do time é, na verdade, Ibrahim Eris, um frio especialista do mercado financeiro que, antes de ir para o governo, demonstrava notável habilidade operacional.

Pode-se imaginar o que ele é capaz de fazer,

*Dirigir um jet ski
pode ser divertido.*

*Mas o que
queremos para o
Brasil? Um
capitalismo tutelado
por espertalhões e
burocratas
submarxistas?*

agora que as instáveis normas do BC são de sua própria lavra. Em 1990, p.ex., durante seis meses, o câmbio (paralelo) manteve-se estável e, até caiu um pouco. A partir de setembro, entretanto, em apenas sessenta dias, o BC permitiu que a taxa dobrasse pé com cabeça, iniciando uma rápida escalada que só foi interrompida (pelo BC) agora em fevereiro. Quem perdeu com esse inesperado salto? Os pequenos investidores, os tolos que confiaram na firmeza da política oficial. E quem ganhou?

Ainda pior, mais errática e inconsistente, foi a política monetária do Banco. Dois meses e meio de comportas fechadas, em junho, julho e agosto, foram seguidos de uma inundação em setembro (a pretexto de socorrer grandes bancos privados) que estourou todas as metas de austeridade do próprio BC para o ano inteiro. Coisa ainda pior aconteceria outra vez no fim do ano e, de novo, agora em fevereiro, com um espantoso aumento de 40 por cento da base monetária, numa hora em que os preços estão congelados.

Onde foram parar a austeridade e a contenção proclamadas pelo presidente? Uma política assim incoerente, errática e incompetente desorienta o mercado e desorganiza a economia, mas é certamente um maná, uma bênção para especuladores bem situados. Ganham uns poucos negociatas, amigos do rei (quem é o rei?), e perdemos todos - aí incluídos o próprio governo e o presidente, que se desmoralizam rapidamente.

Dirigir um jet ski pode ser divertido, embora desagradavelmente barulhento. Mas tentar dirigir (manipular) a economia de um país inteiro é apenas tolice. Que queremos para o Brasil? Um capitalismo tutelado por espertalhões e burocratas submarxistas? Fernando Collor precisa, enquanto é ainda tempo, orientar sua determinação e sua coragem cívica para o lado certo.

Arquive esses economistas, presidente. Ponha-os de volta no lugar deles e entregue o governo e a administração aos que sabem governar e administrar. Chega de incompetência.